

Consolidando os lucros

Distrito Federal e Paraná estão entre as unidades da Federação melhor estruturadas em termo de ensino público. Por isso, se adaptaram rapidamente à LDB

Para o Distrito Federal, a nova Lei de Diretrizes e Bases muda pouca coisa. O motivo é simples: a maioria das inovações já foi introduzida e está em pleno funcionamento. Outras, como a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, não fazem sentido dentro da nossa estrutura governamental, que não está dividida em municípios. Mas, segundo o secretário de Educação, Antônio Ibañez, o DF precisa regulamentar a LDB em nível estadual, que se encontra, ainda, em fase de discussões.

“Nesse ponto estamos atrás de vários outros estados”, ressalta Ibañez. “Nossa proposta ainda está em fase de elaboração, enquanto em outras unidades da Federação, ela já foi discutida e adotada. Por enquanto, fizemos apenas um seminário no âmbito da Secretaria de Educação, que forneceu subsídios para a Câmara Legislativa. No

Legislativo, deputados também estão discutindo a questão, principalmente através de iniciativas do Geraldo Magela e da Lúcia Carvalho, mas precisamos consolidar o que fizemos na prática com uma lei.”

APOSTAS

Entre as inovações já adotadas desde janeiro deste ano, antes mesmo da edição da nova legislação federal, estão o funcionamento dos cursos no sistema de ciclos, que diminui a taxa de repetência, e a adequação da Escola Técnica de Taguatinga às exigências da atual LDB. “E avançamos muito em termos de qualificação e valorização dos professores”, relembra Ibañez.

As novas normas de ensino a distância também vão ajudar a tirar do papel mais um projeto: o do credenciamento e funcionamento da Universidade Aberta de Brasília (Unab).

Outra unidade da Federação que se

encontra à frente da aplicação da nova LDB é o Paraná. Segundo o professor Luiz Walter Chalusnhak, encarregado de levar adiante a implantação da Lei, a área de ensino técnico foi a primeira a sentir os ventos da reforma. Uma avaliação profunda, ditada pelo mercado de trabalho, foi levada a cabo nos cursos técnicos do estado, que passaram a ser oferecidos apenas aos que completavam o segundo grau.

“Procuramos extinguir disciplinas que não atendiam às necessidades regionais de emprego. Verificamos que a maioria dos nossos 17.000 alunos em cursos técnicos cumpria o curso de técnico em Contabilidade. Em todo o estado, segundo o Conselho Nacional de Contabilidade, existiam pouco mais de 2.000 contadores em nível superior. Era óbvio que havia uma distorção”, comentou.

O resultado foi uma profunda reformulação do conteúdo dos cursos, que passaram a atender ao mercado local de trabalho. “Queremos que o habitante de Guarapuava (no centro-oeste do estado) permaneça lá e tenha todas as condições de praticar sua profissão, e os cursos técnicos passaram a refletir essa preocupação”, complementou.

Carlos Vieira 31.8.97



Escolas bem equipadas, vantagem de poucos